

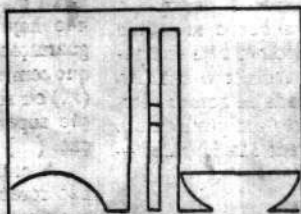
Referendo para a Constituição

JORNAL DO BRASIL

Ricardo A. Setti

23 NOV 1986

QUEM gosta de votar pode preparar de novo seu título de eleitor. Começa discretamente a tomar forma dentro do PMDB de São Paulo, a mais poderosa e influente seção do partido em todo o país, uma proposta que talvez não agrade ao Palácio do Planalto, mas que tem massa física e características aerodinâmicas para se transformar numa bola de neve nos próximos meses: a de submeter a nova Constituição, depois de sua aprovação por senadores e deputados em Brasília, a um referendo popular.



Coisas da política

Curiosamente, a idéia, que germinava em silêncio entre algumas das lideranças mais expressivas do partido, veio à tona pela negativa. Foi tarde da noite na segunda-feira passada, quase no final do programa de entrevistas Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo. Ali, o dr. Ulysses Guimarães, o entrevistado da noite, foi consultado a respeito da questão por um jornalista e manifestou-se contrário à realização de um referendo. Participantes do mesmo programa, porém, os senadores eleitos Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso — do alto da colossal pirâmide de 15 milhões de votos que, juntos, amealharam no dia 15 de novembro — discordaram cordialmente do presidente do PMDB. Covas ainda pilheriu,

antes de responder, dizendo que iria cometer uma "insubordinação hierárquica", e o assunto, aparentemente, morreria por ali.

Mas o dr. Ulysses, com seu aguçado sexto sentido de médico de interior, não precisou de mais de 24 horas para sentir o pulso do partido. Já na terça-feira, em Brasília, ele arriscaria sua primeira declaração pública na direção que, em princípio, o referendo é desejável. Menos mal. Não poucos admiradores do dr. Ulysses achavam-se imersos em decepção diante das reticências do "senhor eleições diretas" a uma proposta que, afinal, consiste naquilo que lhe dá mais alegria ao coração: ver gente em fila para apanhar uma cédula, preenchê-la e enfiá-la na urna.

É um pouco pelo lado do coração, justamente, que o senador Fernando Henrique vê uma enorme importância no referendo. "O referendo dará uma maior vinculação popular à nova Constituição", diz o senador, a cujo faro sociológico certamente não escaparam experiências como a da Espanha, em 1977. Ali, a sábia condução da transição democrática entre 40 tenebrosos anos de ditadura franquista para o que já é, hoje, a realidade de cinco anos de um governo socialista de mentalidade moderna passou por uma constituinte bastante similar à experiência que Brasília viverá a partir de fevereiro. Para o rei Juan Carlos e seu fiel executor da transição, o então primeiro-ministro Adolfo Suárez, não escapou a necessidade de aproximar do povo espanhol, pela via do voto, a Constituição democrática que as cortes eleitas em 1976 terminaram de lapidar em 1977. No Brasil, Fernando Henrique também acha que o eleitorado "vai ficar até afetivamente vinculado" ao produto abstrato que vai emergir dos palácios de Oscar Niemeyer no planalto central.

O campeão brasileiro de votos, Mário Covas, concorda com Fernando Henrique. Diante da complexidade que certamente terá o texto completo da Constituição, porém, Covas sugere que talvez seja mais simples submeter ao crivo do plebiscito os pontos da nova Carta que, no plenário da Constituinte, obtiverem menor consenso. Embora durante sua campanha tenha evitado levar ao horário gratuito de propaganda eleitoral em rádio e TV a discussão do problema, Covas lembra que, nos comícios e reuniões de que participou em todo o estado, sempre encontrou "grande receptividade" à idéia do referendo. Ele admite, também, que o referendo seria uma forma eficaz de "zerar" o questionamento a que foi e ainda é submetida a convocação de uma Constituinte não exclusiva.

O governador eleito Orestes Quercia, que comandará uma sólida bancada na Constituinte, também acha "muito boa a idéia". Armado de seu infinito pragmatismo, Quercia começa a discutir a questão sob o linear ponto de vista de que, além de boa, é uma idéia que "não custa nada" fazer marchar. E lembra que o voto de 69 milhões de eleitores traria à nova Constituição uma carga de legitimidade a que os líderes do PMDB não poderão ficar indiferentes. Quercia considera, ainda, que o plebiscito retiraria da Constituição a mácula que representou a avalanche de votos brancos e nulos para a escolha de senadores e deputados.

O referendo também provoca comichões de palanque em outro vital personagem da política brasileira que sempre conviveu em ótimos termos com as urnas: o governador Franco Montoro. "Sempre fui favorável a submeter a futura Constituição à aprovação popular", diz Montoro, "e os anais do Senado guardam discursos que fiz nesse sentido". Ainda

revigorado pelo banho de votos que ajudou o PMDB a receber no dia 15, Montoro, sempre fazendo a ressalva de que não terá mandato na Constituinte, diz que "sem nenhuma dúvida" vai defender a necessidade do referendo. O governador lembra que a consulta direta ao povo é uma prática assentada em boa parte dos países civilizados. Nos Estados Unidos, por exemplo, "o povo é chamado a opinar até sobre a realização ou não de determinadas obras públicas". Na Itália, cruciais decisões adotadas pelo parlamento, como a adoção do divórcio e a liberalização do aborto, foram depois referendadas pelo voto da população.

"Sou favorável ao referendo inclusive pela sua importância do ponto de vista da educação política", acentua o governador. "Se ele for adotado, terá o aspecto grandemente positivo de permitir uma campanha em torno de idéias, e não de nomes."

O governador não acha difícil operacionalizar a realização de um referendo, que poderia consistir na consulta à população em torno de alternativas diferentes sobre pontos específicos e relevantes da Constituição, como o sistema de governo.

A idéia, portanto, começa a andar. Não é difícil imaginar a receptividade que terá — e que na verdade já tem — dentro do PT, do PDT, dos setores mais combativos do PMDB e junto a governadores eleitos aguerridos como Miguel Arraes, de Pernambuco, Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, ou Henrique Santillo, de Goiás.

A Justiça Eleitoral já pode começar a pôr seus funcionários de sobreaviso.

Ricardo A. Setti é editor regional do JORNAL DO BRASIL em São Paulo.

ANC 88
Pasta Novembro/86
090